

O POVO E O VIADUTO

Antônio Álvares da Silva

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

O viaduto da alça sul na Av. Pedro I caiu. Por uma questão de simetria, já que nenhum desastre vem sozinho, a alça norte também está ameaçada. Já está em cogitação um plano de demolição, onde deveria haver um plano de construção. O contribuinte paga três vezes: para construir, para destruir e para reconstruir. Não há dinheiro que chegue.

O último capítulo da maldade: os moradores dos arredores vão ser deslocados para hotéis, em virtude da ameaça de novos danos. Psicólogos fazem laudos advertindo da neurose coletiva, o pânico, o medo, a incerteza. Imagine, leitor, você mudando com sua família para um hotel, separado do seu cotidiano, das suas coisas pessoais, da rotina escolar dos filhos e do seu trabalho. Isto é demais. E tudo porque o poder público, apressado em mostrar obras para efeitos políticos, coloca a vaidade e o interesse acima das reais necessidades do povo.

Mas não é só. Como já estamos acostumados, começou o jogo de empurra sobre a culpa do mal feito. Um triângulo forma o circuito das acusações: o poder público municipal disse que a falha está na empreiteira, que executou a obra. A empreiteira responde que recebeu um serviço para executar, não lhe cumprindo verificar a parte técnica, que foi desviada para outra empresa que fez o cálculo estrutural. O fato é que três instituições e meia centena de engenheiros empenhados na obra não viram que toda a estrutura foi feita com um décimo a menos da quantidade ideal de aço. Para onde foi o dinheiro desta “economia”?

Um cartunista mostrou a tragédia com um símbolo muito significativo: a figura de um corpo com vários braços e mãos. Um cidadão pergunta se é um deus hindu. O outro responde: não, são os culpados do desabamento, discutindo entre si.

Mas o martírio progride. Agora vem o problema judicial. Duas pessoas morreram. Quando receberão as indenizações? E os feridos e a família dos mortos? Todos se lembram do desabamento do pavilhão da Gameleira, em 1971, quando morreram 69 trabalhadores e 50 se feriram. Até hoje ainda existem pendências. Não se há de jogar a culpa simplesmente no Judiciário, mas em toda uma engrenagem que não funciona adequadamente.

Os fatos aí estão. Se quisermos aprender com eles, a maior lição deve ser para os homens públicos. Muitas vezes, o excesso de obras é tão ruim quanto sua falta. Há transtornos graves na cidade. O deslocamento se torna demorado e oneroso. O trabalho é prejudicado. As pessoas sofrem sequelas mentais. Precisa haver método e ordem na administração pública. E, como é óbvio, mais responsabilidade de todos.

Já sabemos de antemão o fim deste fatal e doloroso teatro público: famílias desfalcadas, enormes prejuízos materiais, muita dor e sofrimentos psicológicos e físicos. Quem vai pagar por tudo? Já sabemos: somos nós mesmos, contribuintes deste Estado que aí está.

